

S

ELEIÇÃO DAS DIRECÇÕES DISTRIAIS
E ELEIÇÃO INTERCALAR DA
MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL
(MANDATOS A TERMINAR EM 2011)

Sindicato dos Professores do Norte

22 Junho 2009

spn
INFORMAÇÃO



Lista S

SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública

- MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL 3**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DE AVEIRO 4**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DE BRAGA 5**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DE BRAGANÇA 7**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DO PORTO 8**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DE VIANA DO CASTELO 10**
- DIRECÇÃO DISTRIAL DE VILA REAL 11**
- PROGRAMA 12**
- MESAS DE VOTO 19**

Este suplemento é parte integrante da revista «SPN-Informação» nº 31 de 2009, II Série.

***Nota do Editor:** De acordo com o regulamento eleitoral do Sindicato dos Professores do Norte, os programas das listas candidatas às eleições para os Corpos Gerentes devem ser divulgados no órgão de informação oficial do Sindicato – é este o sentido deste suplemento, cujos conteúdos são da exclusiva responsabilidade das respectivas listas (A e S). Os materiais recebidos, fornecidos por cada uma das listas, foram editados e paginados em condições de igualdade e neutralidade.*

A «SPN-Informação» autoriza as duas listas a utilizarem o layout desta separata.



Ana Maria Viegas Brito Jorge

sóc. 18 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 Filipa de Vilhena
Porto



António César Lopes Aguiar

sóc. 1566 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 Abade de Baçal
Bragança



Carlos Manuel Moreira Gomes

sóc. 1532
Aposentado
Vila Real



Joaquim José Peres Escalera

sóc. 4726 · SUP
Esc. Sup. Tecnologia
e Gestão · IPVC
Viana do Castelo



José Maria Feraz Faria

sóc. 6711 · 1º CEB
Aposentado
Braga



Maria Antónia Coelho Carmo Canhoto

sóc. 11618 · 1º CEB
Aposentada
Aveiro



Maria Teresa Ramos Maia Mendes

sóc. 11 · 1º CEB
Aposentada
Porto



Maria Amélia Costa Lopes

sóc. 81 · SUP
Fac. Psicologia e Ciências da
Educação · UP
Porto



Maria José Oliveira Reis Sá Moutinho

sóc. 23696 · ESP
Aposentada
Porto



Maria Luísa Vinagre Preto Barbosa

sóc. 18535 · 1º CEB
Aposentada
Braga



Noel Maria Carvalho de Miranda

sóc. 954 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 Rocha Peixoto
Póvoa de Varzim



Ana Maria Peixoto de Sousa Teixeira
sóc. 7928 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Oliveira Júnior
S. João da Madeira



José Gouveia Silvestre Aido
sóc. 21028 · 1º CEB
Agrup. Esc. Pinheiro
da Bemposta
Oliveira de Azeméis



Maria Manuela Martins Fidalgo
sóc. 3566 · 1º CEB
Agrup. Esc. Domingos Capela
Espinho



Agostinho do Carmo Tavares
sóc. 21754 · 1º CEB
Agrup. Esc. S. Roque /
Nogueira do Cravo
Oliveira de Azeméis



Ana Maria da Silva Pereira
sóc. 10404 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Lourosa
Santa Maria da Feira



António Manuel da Silva Sousa
sóc. 41545 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Couto de Cucujães
Oliveira de Azeméis



Carlos Alberto Barbosa Moreira
sóc. 10712 · 1º CEB
Agrup. Esc. Couto Mineiro
Castelo de Paiva



Cecília Maria Tavares Lourenço
sóc. 28282 · 2º CEB
Agrup. Esc. Milheirós
de Poiares
Santa Maria da Feira



Domingos de Jesus Cruz Faria
sóc. 12776 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Maceda e Arada
Ovar



Elsa Maria Ferreira Coelho Leite
sóc. 37302 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Pinheiro
da Bemposta
Oliveira de Azeméis



Eva Lúcia Fernandes da Costa
sóc. 29840 · 1º CEB
Agrup. Esc. Escariz
Arouca



Isabel Maria Teixeira Ferreira da Costa
sóc. 24496 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Búzio
Vale de Cambra



Isabel Maria Valente Sousa
sóc. 18002 · 1º CEB
Agrup. Esc. Argoncilhe
Santa Maria da Feira



Maria Angelina Brandão Tavares
sóc. 12739 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Escariz
Arouca



Maria Clara do Vale Almeida Rodrigues
sóc. 4341 · 2º CEB
Agrup. Esc. Canedo
Santa Maria da Feira



Maria Clotilde Brito Lopes
sóc. 11091 · 2º CEB
Agrup. Esc. Búzio
Vale de Cambra



Maria Flávia Santos Silva Almeida Fontes
sóc. 21018 · 1º CEB
EBI Torreira
Murtosa



Maria João Guerra Balça Pinheiro de Barros
sóc. 19623 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Oliveira Júnior
S. João da Madeira



Mário Rui Simões Lopes
sóc. 18546 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Bento Carqueja
Oliveira de Azeméis



Serafina Salvador
sóc. 22242 · PRÉ-ESC/ ESP
EBI S. Vicente Pereira
Ovar



Ana Maria Feiteira Ferreira de Sousa
sóc. 10186 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Argoncilhe
Santa Maria da Feira



Branca do Carmo Teixeira de Oliveira Santos
sóc. 25837 · 2º CEB
Agrup. Esc. Argoncilhe
Santa Maria da Feira



Isabel Maria Pardal Hanemann Soares
sóc. 12131 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Couto de Cucujães
Oliveira de Azeméis



José Manuel de Pinho Gomes
sóc. 29839 · 1º CEB
Agrup. Esc. Loureiro
Oliveira de Azeméis



Maria Clara Gama Borges de Almeida
sóc. 21911 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Búzio
Vale de Cambra



Maria Estefânia Rodrigues de Castro Brandão
sóc. 599 · 2º CEB
Agrup. Esc. Sá Couto
Espinho



Mónica Sofia Coelho Gomes
sóc. 39062 · 1º CEB
Agrup. Esc. Pinheiro



**José Maria
Barbosa Cardoso**
 sóc. 19918 · 3.º CEB/ SEC
 ES/ 3 Alcaides de Faria
 Barcelos



**Júlio Manuel
da Silva Gonçalves**
 sóc. 27796 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Vale do Este
 V. N. Famalicão



**Maria de Lurdes
Alves Salgueira**
 sóc. 1972 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Mosteiro e Cávado
 Braga



**Pedro Nuno Ferreira
Pinto Oliveira**
 sóc. 22780 · SUP
 Univ. Minho
 Guimarães



**Ana Paula
de Araújo Ildefonso**
 sóc. 30172 · 3.º CEB/ SEC
 ES/3 Martins Sarmento
 Guimarães



**Cristina Maria
Domingues Abreu**
 sóc. 21989 · 3.º CEB/ SEC
 ES/ 3 Camilo Castelo Branco
 V. N. Famalicão



**Elisa Fernanda
Oliveira Miranda**
 sóc. 24835 · 1.º CEB
 Agrup. Esc. Monsenhor
 Elísio Araújo
 Vila Verde



**Isabel Maria Gomes
Sameiro Macedo**
 sóc. 13923 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Prado
 Vila Verde



João Loureiro Beleza
 sóc. 24327 · 3.º CEB/ SEC
 ES/ 3 Maximinos
 Braga



**João Manuel
Machado Oliveira**
 sóc. 41581 · 1.º CEB
 Agrup. Esc. Revelhe
 Fafe



**Jorge Vítor Ramos
da Silva**
 sóc. 30321 · 3.º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Vieira de Araújo
 Vieira Minho



**José António Coimbra
e Sousa Barbosa**
 sóc. 13235 · 3.º CEB/ SEC
 ES/ 3 Carlos Amarante
 Braga



**José António
de Matos Dinis Pinto**
 sóc. 1039 · 1.º CEB
 Agrup. Esc. Real
 Braga



**José Carlos
da Costa Gomes**
 sóc. 20338 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Vila Verde
 Vila Verde



**Luís António Oliveira
Pereira dos Santos**
 sóc. 8923 · PART
 Escola Profissional de Braga
 Braga



**Luís Sameiro Godinho
Silva Braga**
 sóc. 20054 · 3.º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Lamações
 Braga



**Maria Alzira Oliveira
de Sousa Couto**
 sóc. 20387 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Taipas
 Guimarães



**Maria Cidália da
Cunha Faria Camacho**
 sóc. 26461 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Nogueira
 Braga



**Maria Cristina
Martins Pinho
Moreira Silva**
 sóc. 12252 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Vale do Tamel
 Barcelos



**Maria do Céu Simões
Faria Barros**
 sóc. 5738 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Palmeira
 Braga



**Maria Emília
Almeida Baltazar**
 sóc. 41606 · 3.º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Infias
 Vizela



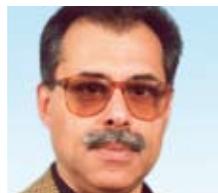
**Maria Madalena
Alves Ferreira**
 sóc. 25320 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Arqueólogo
 Mário Cardoso
 Guimarães



**Maria Manuel
do Carmo Monteiro
Gonçalves**
 sóc. 30036 · 3.º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Ribeirão
 V. N. Famalicão



**Maria Manuela Sousa
Barroso Martins**
 sóc. 16460 · 1.º CEB
 EBI Apúlia
 Esposende



**Octávio Vidal
Teixeira e Oliveira**
 sóc. 1991 · 3.º CEB/ SEC
 ES/ 3 D. Maria II
 Braga



**Paulo Frederico
Ferreira Gonçalves**
 sóc. 29086 · 2.º CEB
 Agrup. Esc. Nuno Simões
 V. N. Famalicão



**Renato Célio
Marinho Silva**
 sóc. 25030 · 3.º CEB/ SEC

**Ricardo Jorge
Costa Meireles**

sóc. 27814 · 1º CEB
Agrup. Esc. Infias
Vizela

**Sílvia Lurdes
Morais Alves**

sóc. 40698 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Monsenhor
Elísio Araújo
Vila Verde

**Susana Maria
Fernandes Pires
Malainho**

sóc. 23681 · ESP
Agrup. Esc. Amares
Amares

**Ana Maria
Ribeiro Costa**

sóc. 41144 · PRÉ-ESC
Desempregada
V. N. Famalicão

**Anabela Maria
Gomes Rios**

sóc. 6479 · 2º CEB
Conservatório Calouste
Gulbenkian
Braga

**Armando
Nogueira Nina**

sóc. 7391 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 Alberto Sampaio
Braga

**Celeste da Conceição
Barbosa do Vale**

sóc. 32204 · 2º CEB
Agrup. Esc. Taipas
Guimarães

**Fernando Manuel
David dos Santos
Lopes**

sóc. 41578 · 1º CEB
Agrup. Esc. Pedome
V. N. Famalicão

**Fernando Manuel
Silva Pinto**

sóc. 25332 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Vale d'Este
Barcelos

**Isolina Igreja
Silva Costa**

sóc. 24414 · ESP
Agrup. Esc. Abel Salazar
Guimarães

**Joana Conceição
dos Santos Mourão
do Vale**

sóc. 13398 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 Camilo Castelo Branco
V. N. Famalicão

**Maria de Fátima
Magalhães Antunes
Gonçalves Teixeira**

sóc. 18245 · SUP
Univ. Minho
Braga

**Rosa do Sameiro
da Silva Fernandes**

sóc. 35243 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. António Feijó
Ponte de Lima



José Augusto Nascimento Domingues
 sóc. 17623 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Miguel Torga
 Bragança



Maria Cristina Gonçalves Carvalho
 sóc. 22889 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Alfândega da Fé
 Alfândega da Fé



Maria Teresa Teixeira Pereira
 sóc. 22249 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Abade de Baçal
 Bragança



Albertina do Céu Pires Amado Rodrigues
 sóc. 17313 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Miranda do Douro
 Miranda do Douro



Albertina Raposo Marcos Pires
 sóc. 17413 · ESP
 Agrup. Esc. Vimioso
 Vimioso



Albino João Cordeiro Rodrigues
 sóc. 17062 · SEC
 Agrup. Esc. Mogadouro
 Mogadouro



Ana Maria Queijo
 sóc. 27960 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
 Mirandela



António Manuel Ramos Pimenta de Castro
 sóc. 8607 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Torre de Moncorvo
 Torre de Moncorvo



Cristina Maria Mesquita Gomes Pires
 sóc. 16833 · SUP
 Escola Superior de Educação
 Bragança



Elisa Maria Rodrigues Guimarães
 sóc. 17433 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
 Mirandela



João Pedro Carneiro Borges Gomes
 sóc. 29256 · SUP
 Escola Superior de Tecnologia
 e Gestão
 Mirandela



Maria Cármen Sil Monteiro Ochoa Pimentel
 sóc. 15692 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Vila Flor
 Vila Flor



Maria da Luz Vicente Afonso
 sóc. 17050 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Augusto Moreno
 Bragança



Maria Isabel Teixeira Fontes
 sóc. 15561 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Carrazeda
 de Ansiães
 Carrazeda de Ansiães



Maria José Martins Miranda
 sóc. 17052 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Mirandela
 Mirandela



Maria Leonor Barreira Vila Ferreira
 sóc. 17881 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Vinhais
 Vinhais



Maria Luísa Oliveira Carvalho Pinto Cunha
 sóc. 15595 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Torre
 de Dona Chama
 Mirandela



Maria Margarida Amorim Pereira Vilar
 sóc. 8657 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Macedo
 de Cavaleiros
 Macedo de Cavaleiros



Maria Paula Magalhães Carneiro
 sóc. 17170 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Paulo Quintela
 Bragança



Orquídea da Conceição Cubeiro Xavier
 sóc. 17339 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Sendim
 Miranda do Douro



Albertina Jesus Fernandes Machado Dias
 sóc. 37721 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Torre de Dona
 Chama
 Mirandela



Margarida Maria Afonso Carlão
 sóc. 17570 · ESP
 Agrup. Esc. Vinhais
 Vinhais



Maria de Fátima Almendra Santos
 sóc. 40603 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Augusto Moreno
 Bragança



Maria de Fátima Bravo Cardoso Santos
 sóc. 8603 · ESP
 Agrup. Esc. Luciano Cordeiro
 Mirandela



Maria Esmeralda Afonso Rodrigues
 sóc. 17897 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Paulo Quintela
 Bragança



Maria Zita Moura Regente
 sóc. 17938 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Macedo
 de Cavaleiros
 Macedo de Cavaleiros



Sónia Raquel Miranda Gonçalves
 sóc. 33736 · 3º CEB/ SEC



**Anabela Barros
Pinto Sousa**
sóc. 25455 · 3º CEB/ SEC
ES/ 3 S. Pedro de Cova
Gondomar



**João Fernando
Melo da Costa**
sóc. 10224 · 1º CEB
Aposentado
Póvoa de Varzim



**Maria José Araújo
Silva**
sóc. 24679 · 1º CEB
Agrup. Esc. Matosinhos
Matosinhos



**Maria Ondina
Ferreira Carneiro**
sóc. 25024 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Toutosa
Marco de Canaveses



**Susana Maria de
Moura Ferreira Nunes**
sóc. 15504 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. D. António
Ferreira Gomes
Penafiel



**Aida Maria Ferreira
Pinto**
sóc. 4696 · ESP
Agrup. Esc. Afonso Betote
Vila do Conde



**Álvaro Alberto de
Carvalho Teixeira**
sóc. 36859 · ESP
Agrup. Esc. D. Manuel
de Faria e Sousa
Felgueiras



**Ana Bela de Fátima
Rego Teixeira
Monteiro**
sóc. 8525 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Toutosa
Marco de Canaveses



**António César
Antunes de Matos
Viegas**
sóc. 8328 · 2º CEB
Agrup. Esc. Dr. Costa Matos
Vila Nova de Gaia



**António José
Pinheiro Bárbara**
sóc. 10917 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Canelas
Vila Nova de Gaia



**Armando Manuel
Castilho Rodrigues
Castro**
sóc. 23950 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Sande
Marco de Canaveses



**Arminda Rosa Alves
Vilela Barbosa**
sóc. 10548 · 2º CEB
Agrup. Esc. Gondomar
Gondomar



**Carla Sónia Lopes
da Silva Serrão**
sóc. 38712 · SUP
Escola Superior de Educação
Porto



**Carlos Alberto
Rainho Quinteiro**
sóc. 20718 · 1º CEB
Agrup. Esc. Idães
Felgueiras



**Eduardo José
Sampaio Nunes
Ferreira**
sóc. 18247 · 1º CEB
Agrup. Esc. D. António
Ferreira Gomes
Penafiel



**Elisabete
da Silva Costa**
sóc. 21654 · 1º CEB
Agrup. Esc. Junqueira
Vila Conde



**Filomena Jeannette
Lemos Ferreira**
sóc. 8822 · 1º CEB
Agrup. Esc. S. Mamede
de Infesta
Matosinhos



**Glória Maria
Morais de Sousa**
sóc. 24997 · 1º CEB
Agrup. Esc. Gondomar
Gondomar



**Hugueta Joana
Pacheco Miranda**
sóc. 26374 · 2º CEB
Agrup. Esc. Rio Tinto nº 2
Gondomar



**Isabel Marques
Domingues**
sóc. 34781 · 2º CEB
Agrup. Esc. Junqueira
Vila Conde



**Isilda Maria
Martins Lopes**
sóc. 27235 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Henrique Medina
Espouende



**Jorge Manuel
da Conceição Pinto**
sóc. 5048 · 2º CEB
Agrup. Esc. Paços de Ferreira
Paços de Ferreira



**José do Nascimento
Magalhães**
sóc. 11515 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Trofa
Trofa



**José Manuel
Pereira da Silva**
sóc. 27824 · PART
Colégio Internato
dos Carvalhos
Vila Nova de Gaia



**José Paulo Leites
da Costa**
sóc. 28800 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Lousada Centro
Lousada



**Lucinda Alberta
Teixeira Gomes**
sóc. 1207 · 3º CEB/ SEC
ES/3 José Régio
Vila Conde



Luís Rui Cardoso
sóc. 15701 · 2º CFR



Maria de Fátima Silva Ribeiro Peixoto
 sóc. 41424 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Amarante
 Amarante



Maria de Lurdes Ferreira Graça Mesquita
 sóc. 8169 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Cego do Maio
 Póvoa de Varzim



Maria de Lurdes Moreira Babo da Silva
 sóc. 8619 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. Paredes
 Paredes



Maria Deolinda Couto Lobato Barata
 sóc. 25089 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Irene Lisboa
 Porto



Maria do Patrocínio Moreira Cardoso
 sóc. 20274 · ESP
 Agrup. Esc. Santo Tirso
 Santo Tirso



Maria Elisabete Carvalho da Silva da Costa
 sóc. 3844 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Amarante
 Amarante



Maria Odete Moreira Ferreira Souto
 sóc. 19237 · 3º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Eiriz/ Ancede
 Baião



Maria Salomé Fernandes Ribeiro
 sóc. 24036 · 3º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Antas
 Porto



Paulo Nuno Ferreira dos Santos Silva
 sóc. 33527 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Marco
 de Canaveses
 Marco de Canaveses



Ricardo Jorge Pinto Rodrigues
 sóc. 31085 · 1º CEB
 Est. Prisional Paços de Ferreira
 Paços de Ferreira



Rui Eduardo Trindade Fernandes
 sóc. 8215 · SUP
 Fac. Psicologia e Ciências
 da Educação
 Porto



Sandra Isabel Faria Esteves
 sóc. 33475 · 2º CEB
 Agrup. Esc. Rebordosa
 Paredes



Teresa Maria Evaristo Monteiro
 sóc. 19950 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Rocha Peixoto
 Póvoa de Varzim



Ana Cristina Almeida Gouveia
 sóc. 25237 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Dr. Costa Matos
 Vila Nova de Gaia



António Duarte Conde Almeida Cunha
 sóc. 30664 · 3º CEB/ SEC
 Agrup. Esc. Penafiel Sul
 Penafiel



Cândida Rosa de Seixas
 sóc. 12613 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Alpendurada
 Marco de Canaveses



Deolinda Gabriel Ramos
 sóc. 27909 · PRÉ-ESC
 Agrup. Esc. A-Ver-o-Mar
 Póvoa de Varzim



Filomena Maria Cardoso Lima Branco Barbosa Carvalho
 sóc. 24886 · 2º CEB
 Agrup. Esc. S. Martinho
 Santo Tirso



Isabel Maria Sousa Hortas
 sóc. 19017 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Fontes Pereira de Melo
 Porto



Isabel Maria Susano Esteves
 sóc. 34372 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Paredes
 Paredes



Isolina Maria Cerejo Costa
 sóc. 21047 · 3º CEB/ SEC
 ES/3 Rio Tinto
 Gondomar



João Manuel Morais da Silva Jerónimo
 sóc. 19155 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Irmãos Passos
 Matosinhos



José Antonino Monteiro da Silva Cadeira
 sóc. 11847 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Cego do Maio
 Póvoa de Varzim



Maria do Rosário Sousa Moura Barros Rebelo
 sóc. 7634 · PART
 Colégio S. Gonçalo
 Amarante



Maria José Santos Costa
 sóc. 21565 · 1º CEB
 Agrup. Esc. Soares dos Reis
 Vila Nova de Gaia



Moisés António Faria Rodrigues
 sóc. 19150 · 3º CEB/ SEC
 ESA Soares dos Reis
 Porto



Rosa Manuela Oliveira Bastos
 sóc. 2149 · FSP

**Maria da Conceição
Luís Vaz Nande**

sóc. 16346 · 1º CEB
Agrup. Esc. Muralhas
do Minho
Valença

**Mário Pedro Leal
Cardoso Molinos**

sóc. 3937 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Coura e Minho
Caminha

**Rui Pedro Rodrigues
Palma da Silva**

sóc. 16577 · 1º CEB
Agrup. Esc. Darque
Viana do Castelo

**Anabela de Jesus
Lourenço Enes Eiriz**

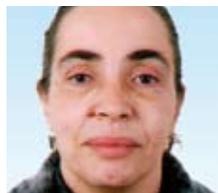
sóc. 30247 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Monção
Monção

**Cristina Maria
Peixoto de Carvalho**

sóc. 27039 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. entre Arga e Lima
Viana do Castelo

**Francisco Ribeiro Vaz**

sóc. 16393 · 3º CEB/ SEC
ES Monserrate
Viana do Castelo

**Isabel Rosário Parra
Rodrigues Cerqueira**

sóc. 27440 · 2º CEB
Agrup. Território Educativo
de Coura
Paredes de Coura

**João António Ribeiro
Lopes Correia**

sóc. 1301 · 1º CEB
Agrup. Esc. Arcozeiro
Ponte de Lima

**João Manuel Vilas**

sóc. 16392 · PART
Ancorensis — Cooperativa
de Ensino
Caminha

**Jorge Manuel Gomes
Teixeira**

sóc. 28000 · SUP
Esc. Sup. Tecnologia e Ges-
tão — IPVC
Viana do Castelo

**José Manuel Bastião
Veríssimo**

sóc. 23521 · 2º CEB
Agrup. Esc. Muralhas
do Minho
Valença

**Margarida Maria
Cabral Maio**

sóc. 1398 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Coura e Minho
Caminha

**Maria da Agonia
Carvalho da Costa
Pereira**

sóc. 16481 · 1º CEB
Agrup. Esc. Abelheira
Viana do Castelo

**Maria da Conceição
Rodrigues Branco**

sóc. 8861 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Foz do Neiva
Viana do Castelo

**Maria de Fátima Silva
Mesquita**

sóc. 16919 · 2º CEB
Agrup. Esc. Ponte da Barca
Ponte da Barca

**Maria do Rosário
Afonso Rodrigues
Cunha**

sóc. 16655 · 1º CEB
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
Monção

**Maria José Rocha
Almeida**

sóc. 16752 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
Monção

**Maria Manuela
Afonso Cardoso**

sóc. 21455 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Melgaço
Melgaço

**Mário Pedro Cunha
Ferreira**

sóc. 32962 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
Monção

**Natércia Maria da
Costa Ventura**

sóc. 16216 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Valdevez
Arcos de Valdevez

**Maria da Graça Neiva
Pires**

sóc. 5700 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Ponte da Barca
Ponte da Barca

**Maria Emília
Morgado de
Magalhães Moreira**

sóc. 16127 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Atlântico
Viana do Castelo

**Maria Filomena
Fernandes Ferreira**

sóc. 29064 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Muralhas
do Minho
Valença

**Maria Virgínia Alves
Torres**

sóc. 35180 · 2º CEB
Agrup. Esc. Melgaço
Melgaço

**Rosa Leonor Lima de
Carvalho Gonçalves**

sóc. 7989 · 1º CEB
Agrup. Esc. Arcozeiro
Ponte de Lima

**Rosalina de Lurdes
Alves**

sóc. 29267 · 2º CEB
Agrup. Esc. Deu-la-Deu Martins
Monção

**Vanda Paula Esteves
Carvalho**

sóc. 33266 · 3º CEB/ SEC



Alice Maria Ferreira Santos Melo Lima

sóc. 20692 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Monsenhor Jerónimo do Amaral Vila Real



José Manuel Sarmento Morais Caldas

sóc. 3234 · 1º CEB
Agrup. Esc. Carrazedo de Montenegro Valpaços



Maria José Lemos Bebiano

sóc. 15254 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Sabrosa Sabrosa



Alexandre Gomes Silveira Fraguito

sóc. 30207 · 2º CEB
Agrup. Esc. Lamego Lamego



Álvaro José Cardoso e Costa

sóc. 15252 · 1º CEB
Agrup. Esc. Monsenhor Jerónimo do Amaral Vila Real



Américo Nunes Peres

sóc. 3241 · SUP
Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro Chaves



Ana Maria Matias Guedes

sóc. 7701 · 1º CEB
Agrup. Esc. Murça Murça



Anabela Freire de Almeida Acha

sóc. 30722 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Morgado de Mateus Vila Real



Arlete Teixeira Lopes

sóc. 6047 · 1º CEB
Agrup. Esc. Carrazedo de Montenegro Valpaços



Ausenda Maria Jesus Costa Sá

sóc. 14008 · ESP
Agrup. Esc. Montalegre Montalegre



Celestino Paiva Chaves

sóc. 4760 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Valpaços Valpaços



Elisabete Maria Guedes Sousa

sóc. 14711 · 2º CEB
Agrup. Esc. Montalegre Montalegre



Gabriela Costa Rodrigues Alves

sóc. 33283 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Mesão Frio Mesão Frio



Guida Maria Peixoto Ribeiro dos Santos

sóc. 29478 · 3º CEB/ SEC
ES/3 Amarante Amarante



Helena Cristina Barrigas Maia

sóc. 14727 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Gomes Monteiro Boticas



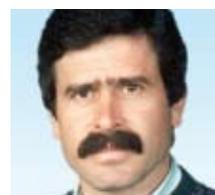
José Eduardo Ribeiro Seixas

sóc. 20931 · 2º CEB
Agrup. Esc. Diogo Cão Vila Real



José Fernando Bessa Ribeiro

sóc. 21790 · SUP
Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro Vila Real



Manuel Joaquim Miranda Lopes

sóc. 3329 · 2º CEB
Agrup. Esc. Vidago Chaves



Maria do Carmo Guedes Martins Quinteira

sóc. 20561 · ESP
Agrup. Esc. Monsenhor Jerónimo do Amaral Vila Real



Rosa dos Anjos Pessoa

sóc. 14462 · 2º CEB
Agrup. Esc. Dr. Francisco Gonçalves Carneiro Chaves



Adosinda Pereira Pires

sóc. 14487 · 1º CEB
Agrup. Esc. Dr. Francisco Gonçalves Carneiro Chaves



Alzira Fonseca Pinto Ribeiro

sóc. 15388 · PRÉ-ESC
Agrup. Esc. Tabuaço Tabuaço



António Manuel Aires de Sousa

sóc. 41535 · 3º CEB/ SEC
Agrup. Esc. Alijó Alijó



Carlos Manuel Queiroz Sampaio

sóc. 21158 · 2º CEB
Agrup. Esc. Vila Pouca de Aguiar Sul Vila Pouca de Aguiar



Maria da Graça Pereira Cardoso

sóc. 3328 · 1º CEB
Aposentada Chaves



Maria José Ferreira dos Santos

sóc. 20769 · 2º CEB
Agrup. Esc. Diogo Cão Vila Real



Maria Manuela de Sousa Rosinha

sóc. 1639 · 3º CEB/ SEC

LISTA S

SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública

Princípios programáticos

Há pouco mais de um ano, realizaram-se eleições para os Corpos Gerentes do SPN. Os resultados eleitorais expressaram um apoio inequívoco à lista S e ao projecto sindical por ela corporizado.

O brutal ataque do Governo à actividade sindical obrigou a alterações nos estatutos do sindicato, das quais decorre o presente acto eleitoral. Tal como há um ano atrás, mas com convicções reforçadas no final de um ano lectivo em que o SPN teve um papel incontornável na mobilização e luta dos professores (vd. greves de Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009 e manifestações de Novembro de 2008 e de Maio de 2009), reafirmamos os nossos princípios, programa e compromissos.

A lista candidata à Mesa da Assembleia-Geral e às Direcções Distritais de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, que se apresenta aos sócios sob o lema “SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública”, tal como em 13 de Maio de 2008, decidiu incorporar na consigna que a irá identificar no próximo acto eleitoral a ideia mais profunda que norteará a sua acção – ter continuamente presente a grandeza deste projecto sindical, respeitando todo o seu passado, identificando-se totalmente com o seu presente e de olhos postos num futuro ainda mais auspicioso. SEMPRE.

SEMPRE SPN porque uma boa parte dos candidatos ajudaram a construir, desde o início, este projecto sindical, no já distante ano de 1982. E, porque o fizeram, sabem bem que a criação do nosso Sindicato teve por base a necessidade de afirmar uma independência sindical que na altura não era assegurada por quem se dizia representante dos professores.

Independência face aos governos, quaisquer que eles sejam, mas também face às várias forças políticas, económicas, religiosas, ou outras, sabendo incluir todas as sensibilidades e as respectivas posições pessoais, construindo os consensos que, em cada momento, melhor sirvam os interesses dos professores, mais se ajustem à melhoria da qualidade da educação no

nosso país, e SEMPRE permitam garantir a unidade de uma classe profissional que tantos pretendem dividir e instrumentalizar.

Foi SEMPRE norma de sucessivos colectivos que dirigiram o SPN não questionar ninguém, nomeadamente os novos membros dirigentes, sobre as suas opções políticas, ou outras. Pelo contrário, o que SEMPRE se valorizou foi a opção sindical de cada um que aderiu a este projecto, as suas qualidades de pedagogo, o prestígio e a aceitação que granjeou junto dos seus colegas mais próximos, a par da certeza de que colocaria SEMPRE o seu saber, o seu esforço, a sua dedicação ao serviço dos professores e da escola portuguesa.

Vivemos tempos em que as organizações sindicais – ultrapassada que foi a fase em que alguns “iluminados” entendiam que tinha chegado ao fim o tempo dos sindicatos, – se constituem em alvos apetecíveis de afirmação de um poder e de uma influência (de um controlo) muitas vezes mais aparente que real.

Como não há-de ser apetecíveis organizações sociais que conseguem colocar na rua, em protesto público, no espaço de pouco mais de um ano, milhares e milhares de professores e educadores? Se é natural, compreensível, o interesse de muitos (com os partidos políticos à cabeça) sobre estas organizações, importa afirmar mais uma vez, e de forma inequívoca, que tal capacidade de mobilização se deve exclusivamente ao facto de não se verificarem situações de enfeudamento de interesses sócio-profissionais a outros, partidários ou não, e esta realidade, esta transversalidade de interesses ser reconhecida pelos professores, mesmo por aqueles que ainda não apostaram na filiação sindical.

Construir a unidade na diversidade é, também hoje, o grande desafio que se coloca aos sindicatos, e que o SPN, através da nossa candidatura, está em condições de garantir aos professores do Norte.

É este lastro sindical que tem sido o garante da independência do nosso Sindicato face a todo o tipo de pressões que SEMPRE caem sobre uma organização social com a importância da nossa. É essa garantia que aqui expressamos a todos os nossos associados

– nenhuma forma de pressão encontrará eco na equipa que se vos apresenta sob o lema “SEMPRE — ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública”.

SOLIDARIEDADES

SEMPRE entendemos o sindicalismo como um espaço, por excelência, de solidariedades. Por isso, entendemos que qualquer projecto sindical deve ramificar a partir deste tronco.

SOLIDARIEDADE ao nível interno, entre todos os elementos que compõem os seus órgãos directivos;

SOLIDARIEDADE para com todos os trabalhadores que abraçam esse projecto sindical;

SOLIDARIEDADE com todas as organizações sindicais de professores que perseguem os mesmos objectivos, designadamente no seio da FENPROF, a Federação que ajudámos a construir em 1983;

SOLIDARIEDADE para com outras organizações sindicais, que acreditem também em objectivos comuns, quais sejam os da emancipação e dignificação de todos os trabalhadores e do trabalho com direitos, de que, em Portugal, é expoente principal a CGTP-IN, que integramos activamente;

SOLIDARIEDADE com trabalhadores da educação (e não só) noutros países, com particular destaque para os representados na CPLP — Sindicato de Educação e outros sindicatos filiados na Internacional de Educação;

enfim, SOLIDARIEDADE com o povo português na sua luta por uma vida melhor e por todos os povos do mundo que enfrentam a exploração e a exclusão provocada pela onda neoliberal que ainda fustiga os nossos dias.

A solidariedade a nível interno, começando pelos órgãos dirigentes do nosso Sindicato, assenta num princípio de respeito, e de valorização, das diversidades, das diferenças de opinião, que convoquem abertos e leais espaços de reflexão e discussão e que conduzam ao apuramento de opiniões maioritárias. Desconfiando SEMPRE de falsos unanimismos saberemos defender intransigentemente

trabalhada e encontrada deve ser seguida por todos, independentemente das suas próprias, e legítimas, posições de partida. Não se pode ser solidário sem respeitar os outros mas também não se pode ser solidário sem respeitar as decisões democráticas das maiorias. E numa organização colectiva como a nossa, respeitar, em cada momento, as decisões da maioria, não significa abdicar das suas convicções, nem desistir de manter com os outros uma saudável tensão dialéctica em defesa das suas perspectivas e do que se considera o caminho mais justo, mas implica ser solidário nas decisões que as maiorias tomam no momento em que têm de ser tomadas.

Esta atitude, que nos distingue com clareza doutros grupos, existentes no interior do SPN, é uma límpida marca identitária do nosso projecto sindical, que saberemos preservar no futuro, colocando uma sólida cultura democrática ao serviço de todos os nossos posicionamentos, individuais e colectivos, assumindo, SEMPRE, a nossa co-responsabilização nas boas, como nas menos boas, decisões.

Só saberemos ser solidários com todos os professores que abraçam este projecto sindical se, antes de tudo, os conhecermos bem. Conhecer os seus problemas, os seus anseios, os seus próprios projectos, as suas necessidades, para os podermos efectivamente apoiar e integrar com naturalidade neste projecto sindical. Isso exige uma permanente inserção na vida das escolas, uma eficaz organização dos núcleos sindicais de base, com particular destaque para a eleição de delegados sindicais activos e capazes de estabelecer uma salutar relação entre as Direcções Sindicais e os núcleos de associados espalhados por toda a região.

Solidariedade também, e principalmente, inter-pares, rechaçando todas as medidas que visam dividir os professores (começando pelo seu estatuto nas escolas), empurrá-los para um individualismo incompatível com a sua profissão, enfraquecê-los nas suas relações com a Administração, nomeadamente, através da alteração do regime de vinculação dos funcionários públicos. Pelo contrário, a nossa lista saberá fomentar climas de escola em que os professores cimentem a sua unidade, se preocupem uns com os outros, reafirmem a sua identidade profissional, se batam pela sua autonomia e encontrem nas relações de solidariedade o melhor lastro para o reforço da sua coesão profissional.

A solidariedade com outras organizações sindicais começa, ainda que aí não se esgote, no seio da FENPROF, a nossa Federação. Como sempre, olhamos os sindicatos que a compõem como sindicatos amigos, próximos e identificados com objectivos comuns. Respeitando sempre as diferenças idiossincráticas entre todos, as opiniões colectivas que deles emanem a cada momento, sabendo trabalhar para a construção de amplos e sólidos consensos, batendo-nos sempre para que prevaleçam as opiniões maioritárias sus-

tentadas em decisões democraticamente tomadas, e procurando com o nosso empenhamento dar um contributo decisivo para as acções conjuntas e para o reforço da acção da nossa Federação. Exemplo desta nossa afirmação encontra-se no trabalho diário que aí continuamos a desenvolver.

Sermos solidários com todos os trabalhadores portugueses e as suas organizações de classe significa estarmos de corpo inteiro na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, a também nossa CGTP-IN. Damos aí os nossos contributos e aí conhecendo outras realidades, percebendo outros contextos, lutando com todos por conquistas sociais importantes para a classe trabalhadora na qual nos incluímos, valorizando o trabalho com direitos, capacitando melhor todos os trabalhadores para um desenvolvimento sustentado do nosso país e batendo-nos pela dignificação e centralidade do trabalho. Continuaremos a participar activamente em todos os níveis organizacionais da Central, desde o seu Conselho Nacional até aos vários departamentos específicos, com realce para o trabalho concreto das suas Uniões de Sindicatos. Saberemos incorporar-nos activamente na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, organização que integramos desde a sua origem, ajudando a encontrar SEMPRE os melhores denominadores comuns aos muitos problemas que enfrentam os trabalhadores deste sector e pugnando responsabilmente por um enquadramento desta lógica organizativa no seio do acompanhamento específico deste sector pela CGTP-IN.

Também continuaremos a valorizar os caminhos da unidade na acção com as outras organizações sindicais docentes, considerando que o caminho recentemente percorrido pela Plataforma de Sindicatos, que tanto contribuiu para o isolamento político da actual Ministra e da sua equipa, se constitui num capital de experiência, de unidade dos professores que merece ser bem reflectido e avaliado, no sentido de equacionar novas formas de acção conjunta.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Uma perspectiva internacionalista, própria de quem entende o mundo de hoje na sua globalidade, compreende as inter-acções que surgem e que há que saber desenvolver, enfrenta políticas hegemónicas que tentam uniformizar ideias e comportamentos, e percebe que a construção de alternativas exige diálogos cada vez mais próximos e intensos, faz parte também, naturalmente, dos objectivos que corporizam o projecto sindical que agora apresentamos aos nossos associados. Claro que o essencial da intervenção neste domínio passará por respostas organizadas no seio da FENPROF. O nosso compromisso essencial será o de contribuirmos o melhor que pudermos e saibamos para melhorar a qualidade dessa intervenção.

E uma das contribuições que assumimos é a de nos continuarmos a bater pelo aprofundamento da discussão, sobre a questão da integração da CGTP-IN na nova Confederação dos Sindicatos Independentes, CSI, como forma de contrariar o isolamento resultante da sua decisão de não filiação e abrindo caminhos para se trabalhar no sentido da construção de respostas globais a problemas que a própria globalização, e o seu sentido neoliberal, coloca a todos os países e a todas as organizações sindicais responsáveis.

Mantendo-se o quadro previsto até hoje da regulação das relações internacionais dentro da FENPROF, ficam contudo algumas áreas de responsabilidade autónoma dos sindicatos, como é o caso das relações de proximidade, a nível transfronteiriço, e o desenvolvimento de relações bilaterais com organizações e sindicatos de âmbito regional nos diferentes países. Assim, a nossa aposta é manter relações estreitas de intercâmbio e cooperação com alguns sindicatos da Galiza, bem como aprofundar e, se possível, alargar, os protocolos de cooperação que o nosso Sindicato já mantém com Angola e Cabo Verde.

Por fim, a solidariedade que nos propomos desenvolver com todo o povo português na sua luta por uma vida mais digna, pelo alcançar de uma sociedade de bem-estar generalizado, mais justa e mais equilibrada, resultará, sem dúvida, do empenhamento de todos em processos de transformação social, de olhos postos no progresso e absolutamente confiantes em que um mundo melhor é possível.

PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO SINDICAL

I – NO SISTEMA EDUCATIVO

A escola portuguesa defronta-se com graves problemas, que os baixos níveis de qualificação e os elevados números do insucesso e abandono escolares não deixam iludir.

A sociedade portuguesa continua marcada por uma considerável taxa de iliteracia e por défices profundos na formação e qualificação da sua população. Tal situação decorre de uma multiplicidade de factores dos quais se salientam: um endémico desinvestimento na cultura, na formação e no ensino; a persistência de um modelo social e económico promotor de exclusão e marginalização de amplas camadas da população; uma persistente, e até mais alargada, desigualdade social; um peso cada vez maior da comunicação social na vida das crianças, jovens e adultos, raramente daí resultando uma melhor informação e formação dos cidadãos; uma persistente ausência de compreensão da natureza da nossa sociedade e das suas reais necessidades educativas e formativas; a importação de modelos ed

de desenvolvimento; uma enorme instabilidade na definição e execução das políticas educativas; um progressivo esvaziamento das responsabilidades educativas das nossas comunidades de vida, a par de uma transferência para as escolas e docentes de um excesso de missões e obrigações sociais; uma persistente e cada vez mais agravada ausência de articulação entre os vários sistemas e subsistemas sociais e do Estado, entre si, e com a escola.

Neste quadro, a maioria dos alunos carece de apoio familiar e comunitário. As nossas crianças e jovens são obrigados a permanecer cada vez mais tempo nas escolas, sem outros estímulos, espaços e formas de socialização, sem outros horizontes. Em muitos deles cresce o desinteresse pelo estudo. Nas escolas — os espaços que habitam quase em exclusivo — cresce a indisciplina e a violência escolares, e estes espaços, que deviam ser vistos como locais de estudo, são percebidos, por muitos alunos, apenas como um local de encontro entre pares.

Neste contexto, a lista que se apresenta os sócios sob o lema “SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública” assume o compromisso de continuar a lutar pela criação de condições para uma resposta consequente a estes problemas, exigindo do ME e do Governo a tomada de medidas que visem, nomeadamente:

- Combater as desigualdades sociais, que em Portugal se têm vindo a acentuar, com consequências no aumento de situações de marginalidade e de pobreza, que têm reflexos no clima e rendimento escolares.
- Avaliar criteriosamente as reformas que têm sido implementadas, de forma a potenciar o que for considerado positivo e alterar o que se revelar negativo.
- Envolver activamente os professores e restantes parceiros educativos na realização e concretização das mudanças a operar, como condição para o seu sucesso.
- Responder a situações recorrentes de indisciplina e violência nas escolas. O agravamento destes problemas, a que não é alheia a forma como o próprio ME tem desautorizado publicamente os professores, e a que a publicação do Estatuto do Aluno não deu resposta, constitui um dos principais factores de degradação do clima de trabalho nas escolas, com consequências ao nível do rendimento escolar dos alunos e do desgaste pessoal e profissional dos professores,
- Descentralizar a administração educativa e reforçar a autonomia das escolas, o que implica poder de decisão e não apenas a possibilidade de aplicar, de forma mais ou menos criativa, as soluções que o poder central arbitrariamente impõe.
- Dotar as escolas dos recursos e meios necessários para responder de forma diferenciada aos problemas com que as comunidades escolares se confrontam, adequando as condições de ensino e de aprendizagem

às características específicas da população escolar – dobrando turmas, criando equipas multidisciplinares, com psicólogos, assistentes sociais e outros técnicos, que possam intervir de forma eficaz na resolução e prevenção de problemas, promovendo a articulação do sistema escolar com outros (sub)sistemas, como os da saúde, protecção de menores, apoio à família, inclusão social, combate à violência doméstica, entre outros.

- Rever o processo de reordenamento da rede escolar, de forma a corrigir os critérios administrativos que presidiram a este processo e que levaram à criação de mega-agrupamentos, à criação de quadros de agrupamento, ao encerramento de milhares de escolas do 1º CEB, à extinção e fusão de escolas (EB 2/3 e Secundárias), desrespeitando a opinião das comunidades e a própria Lei de Bases do Sistema Educativo que consagra, na administração do sistema educativo e das escolas, a prevalência de critérios de natureza pedagógica sobre quaisquer outros.

- Garantir o primado do interesse público e a gestão democrática das instituições, entendida como o direito e o dever de participação dos vários actores na dinamização de projectos concebidos, concretizados e avaliados colectivamente.

- Obrigar a sociedade e o Estado a clarificarem o mandato atribuído às escolas e aos seus educadores e professores, exigindo que se identifique o que é da escola e o que pertence às redes sociais de educação social, comunitária e cívica. É fundamental que a escola, não esquecendo a sua vertente educativa, seja recentrada na sua missão de promover o conhecimento e as aprendizagens dos alunos.

Estas exigências não dispensam um estudo aturado e um diálogo social alargado e profundo sobre a natureza do que devem ser já hoje e no futuro as novas formas de organizar o ensino, a formação e as aprendizagens numa sociedade que é cada vez mais baseada na informação e no conhecimento.

- Valorizar a educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica, garantindo a generalização da sua frequência para as crianças de 3 e 4 anos, e equacionando a sua obrigatoriedade para as crianças de 5/6 anos.

- Implementar as equipas educativas/pedagógicas no 1º CEB, como modelo de reorganização do sector face aos desafios de uma ‘Nova Escola’, o que implica, no imediato, uma avaliação rigorosa sobre as consequências do modelo de AEC’s imposto pelo ME, nas suas diferentes vertentes — curricular, organizativa e profissional —, no sentido da preservação do carácter transversal e interdisciplinar do sector, assim como da garantia de condições para o desenvolvimento das actividades lectivas nos momentos pedagogicamente mais adequados.

- Rever os currículos e programas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, de forma a diminuir o número de disciplinas e a extensão dos programas, assim como reforçar componentes práticas e experimentais.

- Repensar o funcionamento do ensino secundário, dando-lhe uma identidade própria, melhorando as qualificações profissionais dos alunos e assegurando igual dignidade aos diversos percursos escolares (de prosseguimento de estudos e de qualificação profissional).

- No que respeita especificamente ao ensino profissional, de entrada recente nas escolas públicas, garantir as condições para que o muito necessário crescimento desta oferta específica se faça com a necessária qualidade, levando a que a sua procura se aproxime dos ainda muito distantes níveis do resto da Europa e dando aos alunos que a procurem reais oportunidades, também, e se o desejarem, de aceder ao ensino superior, designadamente politécnico.

- Avaliar o desenvolvimento da Iniciativa Novas Oportunidades no que diz respeito à formação para jovens, à formação para adultos e ao reconhecimento, validação e certificação de competências. Importa acautelar que a diversificação de oportunidades, que a frequência de cursos profissionais e cursos de educação formação apresenta, tenha consequências na futura inclusão social dos jovens e não apenas um mero papel certificador e modificador de dados estatísticos. As expectativas criadas aos adultos obrigam-nos, também, a exigir que à desejável certificação proporcionada por este novo modelo corresponda uma tão desejável quanto necessária qualificação.

II – NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No âmbito da Educação Especial, a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais terá de ser entendida, não como uma modalidade de atendimento aos alunos com deficiências, mas sim como forma de debelar o insucesso e abandono escolares.

Por considerar que a política que tem vindo a ser seguida pelo actual Governo constitui um retrocesso no caminho da construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, a lista “SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública” exigirá, para além da correcção profunda dessa política, a definição clara dos meios disponíveis para a Educação Especial a médio e longo prazo, de modo a que se possa trabalhar em projectos estáveis e duradouros.

- A Educação Especial não pode ser alicerçada, como quis a actual equipa do ME, na selecção/classificação de alunos através de indicadores da saúde e em aspectos ligados à funcionalidade, pois isso representa um retrocesso ao paradigma bio-psico-social e não um avanço para um modelo inclusivo.

- Na perspectiva do ME, que recusamos, a decisão sobre quem deve ou não deve beneficiar da Educação Especial resulta de uma avaliação. Uma avaliação de crivo apertado e apoiada num processo excessivamente burocrático e labiríntico, feita por equipas inexistentes. Tal procedimento é por nós completamente condenado pois não permite planificar para a inclusão.

- Os docentes da Educação Especial não podem ver a sua acção reduzida a um mero trabalho técnico. Defendemos que as funções destes docentes devem passar também por actividades de acompanhamento de alunos e de professores, tendo como objectivo a inclusão dos alunos nas actividades lectivas, na dinâmica das turmas, nos currículos e na vida escolar. Os docentes com formação especializada devem ser também um suporte do ensino regular e não podem ser marginalizados em relação ao funcionamento regular das escolas e da actividade dos educadores e professores. O sistema de apoios educativos não pode ser separado, desagregando os recursos, os alunos e a organização comum. Defendemos que os apoios sejam geridos como um todo. O manancial de respostas às necessidades dos alunos deve ser comum, de tal modo que algumas medidas de apoio socioeducativo possam beneficiar os alunos da Educação Especial e vice-versa.

- Uma definição clara, e compromissos a prazo, dos recursos humanos e financeiros dedicados à Educação Especial são uma necessidade imperativa. O presente e o futuro não podem continuar a ser de incertezas geradoras de angústia nos professores e nas famílias dos alunos. Os docentes e as famílias não podem estar sempre dependentes de voluntarismos e de projectos efémeros, de compromissos e de contratações a prazo, de ausência de materiais adequados.

- Este ME desferiu um rude golpe na intervenção precoce. Tal política tem de ser combatida de forma vigorosa. A intervenção precoce é um imperativo.

- No geral, a política deste ME para a Educação Especial deixou o sistema com as maleitas do costume e nalguns casos acentuou-as. Não apontou alterações nas políticas, na organização escolar, nem nas pedagogias praticadas, de modo a permitir vislumbrar o desenvolvimento de uma verdadeira Educação Inclusiva. Aos docentes de Educação Especial continuam a exigir que promovam a inclusão sem que o sistema mude, o que é impossível.

- O ME prega a inclusão e nega à Educação Especial as orientações, a organização e os recursos para que ela seja uma realidade. Os caminhos que apontou não levaram a bom porto. Por isso defendemos que a política para a Educação Inclusiva seja participada, para que ela possa vir a reflectir os saberes e as competências de todos aqueles que no terreno trabalham a inclusão e se debatem com os problemas que a impedem.

III – NO ENSINO SUPERIOR

Caberá seguramente aos dirigentes, pertencentes ao ensino superior, e eleitos nesta nossa lista, apresentar em tempo oportuno, não só a sua proposta de trabalho de natureza sectorial, mas também o modo de se organizarem para a concretizar. Tal proposta, contemplando uma intervenção sindical global para o sector, não poderá deixar de considerar a necessidade de o SPN ter uma forte intervenção sindical quer no ensino superior público quer no ensino superior privado, nem poderá deixar de ter em conta algumas questões essenciais, referidas neste programa, e que são de natureza mais imediata.

No ensino superior, concretamente no sector público, vem-se assistindo a um crescente cerco financeiro, que vai subindo de tom, não só em termos absolutos do financiamento devido às instituições públicas, como também nas pressões para que estas submetam a sua autonomia de funcionamento a lógicas de mercado, através da fórmula “fundações públicas com regime de direito privado”. Ainda que se releve o facto de só três em 29 instituições universitárias públicas – entre as quais se encontra infelizmente a Universidade do Minho – se terem deixado enleiar neste engodo, há que considerar que estamos perante uma situação de risco elevado, quer do ponto de vista da autonomia política e financeira dessas instituições, quer do ponto de vista dos direitos laborais. Neste sentido, faz parte da nossa luta a acção contra todas as medidas que possam conduzir estas instituições a soluções de conteúdo neoliberal e mercantil por parte das gestões de turno.

Trata-se do desenvolvimento de uma linha neoliberal, de desresponsabilização financeira do Estado, traduzida, primeiro, em fortes cortes orçamentais que vêm sendo impostos às instituições públicas, cada vez mais limitadas nas suas margens de autonomia, para depois se lhes propor a saída para a crise a partir da hipoteca dessa autonomia aos interesses financeiros, que logo aparecerão com fundos que as submetem, que as condicionam aos seus interesses próprios, durante o período que lhes interesse, e apenas neste. Assim se agravariam os múltiplos constrangimentos no Ensino Superior público em Portugal.

O SPN conseguiu, conjuntamente com os outros sindicatos da Fenprof, a consagração em lei do direito ao subsídio de desemprego neste sector. Por outro lado, continua a reivindicar com intransigência a implementação de medidas concretas tendo em vista a redução da precariedade laboral e da aplicação de regimes de trabalho com direitos. Em sede de revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino universitário e politécnico (ECDU e ECDESP) foram obtidos alguns resultados, sobretudo no universitário), sem que tenha possível assegurar a estabilidade contratual para a generalidade dos docentes e investigadores. Assim, perante a inflexibilidade do actual governo, mantém-se na nossa

agenda de intervenção sindical e política a resolução desta questão. É necessário notar que o problema é especialmente grave no que diz respeito aos docentes do Ensino Superior Politécnico que estão numa situação manifesta de grande precariedade laboral e incerteza face ao futuro. Estes docentes, cuja maioria entrou no sistema por concurso, têm preenchido funções com carácter permanente sem terem, na maioria dos casos, oportunidade de obter vínculo pelo facto de o MCTES e as instituições não abrirem vagas nem, tão pouco, proporcionarem condições adequadas à obtenção de doutoramento. Não é admissível que sejam simplesmente descartáveis pessoas que dedicaram as suas vidas profissionais à instituição, enquanto as lideranças do Politécnico, nem sempre com o doutoramento, não vêem o seu lugar ameaçado. Mais ainda, é totalmente indefensável e iníquo, à luz da Constituição, do princípio da igualdade de oportunidades e do alegado princípio do mérito que, enquanto os doutorados no sistema universitário são providos a professores auxiliares sem concurso mas obviamente com mérito, se discrimine de modo flagrante os equiparados doutorados no Politécnico, obrigando-os a um concurso que pode eventualmente representar o seu despedimento, depois do investimento do docente e do Estado. Asseguremos lugares às novas gerações mas sem as voltar contra gerações actualmente no activo. Com o clima litigioso que está corroendo as instituições do ensino superior e as próprias relações entre seus docentes e investigadores, as propostas avançadas conduzirão a um aumento significativo do conflito.

Em suma, este é um tempo para prosseguir a luta em prol do trabalho com direitos, pela autonomia científica e de liberdade académica dos docentes e investigadores e por um ensino superior com financiamento adequado e capaz de servir as necessidades de desenvolvimento económico e social do país.

IV – NO CAMPO SÓCIO-PROFISSIONAL

- Dignificar a profissão docente, como condição indispensável para uma educação e um ensino de qualidade. Como a UNESCO tem afirmado: “Se a educação não merece o respeito e o apoio da comunidade, os professores não terão esse mesmo respeito e apoio. O inverso também é evidente: tal como se consideram os professores, assim se consideram a educação e as escolas. O respeito pelos professores gera o respeito pela função que exercem”.

- Reafirmar a exigência da revogação do actual Estatuto de Carreira imposto pelo ME como um objectivo estratégico fundamental. É hoje inquestionável que os educadores e professores não se revêem neste Estatuto que, entre outros aspectos, descaracteriza a profissão (através da criação artificial de duas categorias de professores), sobrecarrega os horários de trabalho (confundindo

culta a entrada na profissão através de uma prova de ingresso e define um regime de avaliação do desempenho que, para além de ser um instrumento de controlo burocrático da actividade docente, tem como uma das suas principais finalidades determinar (de forma pouco rigorosa e transparente) qual o terço dos professores que tem direito a uma carreira completa.

- Manter as questões do desemprego e da precariedade no centro das preocupações e intervenção sindicais, afirmando que a resposta aos graves problemas com que a educação em Portugal se confronta exige mais docentes e não a sua utilização como mão de obra barata, sem perspectiva de futuro profissional estável.

- Continuar a exigir o reconhecimento do direito dos docentes a um regime de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste físico e psíquico decorrente do exercício da profissão.

- Exigir que sejam tomadas medidas urgentes que ponham cobro a situações insustentáveis de violência nas escolas e que garantam aos docentes a imprescindível segurança e estabilidade no exercício da sua profissão.

- Continuar a defender a revogação do calendário escolar específico para a educação pré-escolar e o definitivo reconhecimento da importância deste sector de educação. Desde 2001 que se mantém a discriminação da Educação Pré-Escolar relativamente a esta matéria, independentemente de todas as lutas desenvolvidas que envolveram milhares de educadores de infância. Continuaremos a defender que garantir espaços de participação, discussão e participação idênticos aos dos outros sectores de educação é imprescindível para que os educadores de infância possam debater, avaliar e participar em igualdade de circunstâncias.

- A formação contínua, que é para todos os docentes um direito e um dever intrínseco à actividade profissional, tem de ser incluída nos horários de trabalho. Não aceitamos que seja centrada na ideia de que o professor é um mero transmissor de conhecimentos e, menos ainda, que se privilegiem apenas alguns desses conhecimentos. Pelo contrário, defendemos que a formação continua possa contribuir para que cada professor seja co-construtor e co-autor dos currículos escolares que trabalha. Para que isso se concretize defendemos que cada docente possa escolher os percursos de formação contínua que correspondam às suas necessidades de melhoria da qualidade do seu trabalho, em cada momento e em cada contexto.

- Numa escola feita de imprevisibilidades e de incertezas, como é a nossa, adquire ainda mais importância o acesso à formação contínua. Os Estatutos do nosso sindicato assumiram desde a sua criação, como um dever da SPN, contribuir para a formação continua dos seus associados em particular e dos professores em geral. Foi essa função que nos levou de início a criar a Casa da Cultura do Professor, e mais tarde a editora

Profedições, bem como a investir no Instituto Irene Lisboa e no Centro de Formação do Sindicato que, para além dos seus projectos de formação creditada e financiada têm vindo a realizar Jornadas Pedagógicas, Conferências, Seminários e outras acções de curta duração. A nossa lista continuará a apostar nos meios de formação de que dispõe, não os abandonando, não os considerando uma actividade supérflua e não sindical, mas, pelo contrário, considerando-os uma componente imprescindível dos serviços a prestar aos associados, em particular, e aos professores e educadores, em geral. Por isso continuaremos a defender a manutenção de uma editora com o prestígio público da Profedições e d' "A Página da Educação" (agora transformada em revista), e o aprofundamento e alargamento da oferta de formação, do Centro de Formação do SPN.

- Salvar os direitos dos docentes em serviço no ensino particular e cooperativo. Este objectivo é um imperativo num tempo em que a principal associação de escolas do sector (AEEP – Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo) coloca no horizonte a intenção de implementar uma fractura na carreira em tudo idêntica à instituída pelo novo ECD para os docentes do ensino público.

- Continuar a acompanhar, fazendo todos os esforços para melhorar as condições dos docentes em funções nas IPSS's e nas misericórdias, designadamente reivindicando a aproximação dos seus salários aos níveis praticados no ensino particular e cooperativo.

-No âmbito do ensino profissional, é necessário continuar a exigir a criação, para os trabalhadores das escolas profissionais de iniciativa particular, de um contrato colectivo de trabalho específico que lhes garanta um horário e condições de trabalho justas. No seio da Comissão Negociadora da FENPROF, é fundamental prosseguir, com vigor, a negociação com a associação representativa daqueles estabelecimentos de ensino, a ANESPO.

- Também no ensino profissional, mas nas escolas públicas, importa acompanhar o seu desenvolvimento, sempre com a preocupação de salvar os direitos dos docentes, algo nem sempre fácil, devido a alguma especificidade de funcionamento deste subsistema.

- Aprofundar a reflexão sobre as implicações ao nível socioprofissional da leccionação dos cursos do Programa Novas Oportunidades. O empenhamento que os professores/formadores têm dado para responder a estes novo e complexo quadro exige uma permanente vigilância sobre os factores mais condicionantes ao seu trabalho. As consideráveis verbas proporcionadas pelo QREN e POPH obrigam o ME a metas de certificação que pressionam indevidamente todos os envolvidos no processo. Consequentemente será absolutamente necessário criar verdadeiras condições de trabalho nas escolas, que a concretização do modelo, o respeito

pelos formandos e os direitos sócio-profissionais dos professores/formadores exigem.

- Para os professores e educadores aposentados, respeitar todos os direitos adquiridos, corrigir as ilegalidades de que têm sido alvo e manter a indexação com os docentes no activo.

Em síntese, a lista que se apresenta os sócios sob o lema "SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública" norteará a sua acção e luta pela exigência de uma nova política para a Educação em Portugal. Nessa mudança de rumo, há duas condições essenciais que têm que ser respeitadas:

i) valorizar a escola pública como garante essencial da democratização da educação, da melhoria generalizada das qualificações dos portugueses e do desenvolvimento harmonioso do país, pelo que a sociedade e o Estado têm de a repensar e de a saber organizar em função das novas necessidades sociais e formativas;

ii) valorizar a profissão docente, no respeito pelas suas especificidades e pela dignidade social que lhe é devida, encarando-a como profissão imprescindível à construção de um futuro melhor, de um país com um desenvolvimento mais sustentado e mais justo.

V – NA DEFESA DOS DIREITOS SINDICAIS

Num momento em que os direitos sindicais se encontram ameaçados como nunca no Portugal de Abril, a necessidade de uma intervenção consequente nesta área ganha uma importância acrescida. O actual Governo tem procurado restringir fortemente os direitos sindicais, quer substituindo uma negociação efectiva pela imposição de soluções, quer aprovando legislação que levanta dificuldades à participação dos professores e educadores nas reuniões sindicais fora do local de trabalho e que reduz o número de créditos dos dirigentes para o exercício da actividade sindical.

Também a criação do Conselho das Escolas como interlocutor privilegiado do ME para as questões da educação se insere nesta estratégia de marginalização dos sindicatos e de menorização do seu papel.

Neste contexto, a nossa lista continuará a empenhar-se na denúncia pública destes ataques e na afirmação dos direitos sindicais como direitos de cidadania. Continuará também a reivindicar o respeito pela democracia e representatividade sindical e o reconhecimento da importância dos sindicatos como pilares essenciais da democracia instaurada com o 25 de Abril.

A ORGANIZAÇÃO DO SPN

I - SÓCIOS, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A lista que se apresenta os sócios sob o lema "SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública" inscreve no seu programa de candidatura um

vêm na sequência da reflexão que a actual Direcção promoveu em torno da organização do Sindicato. Ao longo dos vinte e seis anos, o SPN já procedeu a algumas alterações na sua organização. Foi assim que transitou de uma estrutura assente numa Direcção Central + Direcções distritais para a actual organização – Direcção Central + Direcções de área sindical, definida como uma forma de descentralizar o trabalho sindical para uma ligação mais directa aos sócios, às escolas e aos professores em geral.

O balanço desta forma de funcionamento foi positivo, porque se traduziu numa maior proximidade do Sindicato junto das escolas e abriu caminho para que, em cada área sindical, se criassem espaços de discussão próprios, indispensáveis para o aprofundamento das linhas orientadoras do Sindicato no plano político-sindical e para a planificação e realização de actividades e iniciativas no âmbito de cada área sindical.

Esta descentralização, materializada na criação de 15 áreas sindicais, teve também como consequência o aumento do número de dirigentes com dispensa total ou parcial para o trabalho do Sindicato. O balanço positivo que foi feito da passagem das Direcções Distritais para Direcções de Área Sindical não pode esquecer que já a Conferência de Organização do SPN de 2007 concluindo pela validade de tal forma organizativa, deixou em aberto a necessidade de reponderá-la, caso se viessem a confirmar as piores expectativas decorrentes dos ataques do Governo à Lei Sindical.

O Governo, com a publicação da Lei nº 59/2008, concretizou, finalmente, esse objectivo, obrigando o SPN a uma alteração estatutária, que exigiu a realização destas eleições, nomeadamente para a Mesa da Assembleia-Geral e para as novas Direcções Distritais

Independentemente deste constrangimento, o SPN deve erigir como sua preocupação permanente a reflexão sobre a forma de funcionamento do Sindicato. A nossa Lista assume como prioridades neste plano o reforço da intervenção sindical junto dos professores e das escolas, assim como dos mecanismos que assegurem a participação dos sócios na definição das linhas orientadoras do SPN.

Para este efeito, é essencial alargar a rede e o trabalho dos Delegados Sindicais. Nesse sentido, a nossa Lista considera que deverão ser aprofundadas as seguintes linhas orientadoras:

- regularização e redimensionamento das Assembleias de Delegados Sindicais, encontrando as melhores formas para que elas se traduzam, mais do que num espaço de transmissão de informação, em espaços privilegiados de debate das questões sindicais e profissionais. O envio prévio de documentos para apoio à reflexão dos pontos da ordem de trabalhos é um contributo para esse objectivo;
- retorno a algumas práticas que se revelaram positivas num passado mais ou menos recente, nomeadamente

a realização de Encontros regionais ou distritais de Delegados Sindicais para que se possam aprofundar reflexões no plano educativo e profissional, sem a pressão da agenda carregada e conjuntural das actuais Assembleias de Delegados;

- aprofundamento das propostas da Conferência de Organização, nomeadamente as que se prendam com questões fulcrais para a vida do Sindicato, como são o estudo dos números da (des)sindicalização, procurando identificar causas e tendências neste âmbito, sempre com a preocupação de fortalecer o SPN, quer em qualidade na sua intervenção, quer no aumento do número de sócios;

- continuação do debate em torno do atendimento e apoio a professores, particularmente nas delegações do SPN, definindo prioridades para os sócios mas nunca abandonando o nosso princípio fundador de prestar apoio informativo a todos os professores;

- procura, a cada momento, de medidas a tomar para garantir a sustentabilidade financeira do Sindicato face às consequências dos ataques do Governo à carreira dos professores e ao grande número de professores que se aposentaram ou vão aposentar-se a curto prazo.

No quadro de outras questões com incidências na organização, destacam-se o recorrente problema da Assembleia Geral de Sócios (AGS) e a estrutura do Sindicato.

Em relação à AGS, a nossa Lista considera que há que enfrentar de vez o problema da deficiente participação dos sócios num órgão que tem extrema importância face ao seu carácter deliberativo. Há que passar da constatação do problema para promover a curto prazo a discussão com vista a encontrar formas de conferir à Assembleia o seu carácter de órgão máximo deliberativo.

Quanto aos departamentos, a nossa Lista considera que se mantêm válidas as razões que presidiram à sua constituição e que eram, essencialmente, a criação de espaços de envolvimento e participação dos dirigentes na definição, acompanhamento e execução das orientações sindicais nos diferentes planos. As alterações no grau de importância de questões de política educativa e profissionais, o surgimento de novas questões e o número de dirigentes disponíveis, obrigarão a analisar novas necessidades e a repensar a natureza dos departamentos e as relações entre si.

Há, no entanto, que acautelar que os departamentos não se substituam aos sectores de educação e ensino no quadro do trabalho sindical. Embora consideremos que é necessário garantir a transversalidade das discussões sobretudo sobre matérias no plano educativo, mantém-se a necessidade dos diferentes sectores terem espaços próprios para discutir as prioridades sindicais a cada momento a para preparar a realização de iniciativas específicas.

É assumido pelos candidatos desta Lista que são hoje uma prioridade as áreas de trabalho sindical com os professores mais jovens e com os aposentados.

No primeiro caso, apesar das questões do desemprego e precariedade estarem, de facto, no centro da actividade sindical, é um facto recorrente quer no plano do SPN, quer no plano dos sindicatos da Fenprof que, de um modo geral, é reduzida a participação dos professores mais jovens nas iniciativas sindicais. Consideramos que se deve ir além das formas de acção tradicionais, nomeadamente a realização de plenários específicos e a constituição de comissões de contratados, e promover no sindicato uma ampla discussão que identifique as causas da actual situação de habilitação destes docentes e que promova uma estratégia que potencie a participação dos mais jovens na actividade sindical. Como proposta, a nossa lista compromete-se a discutir com estes colegas a possibilidade de Iniciativas de carácter regional e/ou distrital.

No caso dos colegas Aposentados, propomos a ampliação do departamento específico que, para além da ainda necessária intervenção político-sindical, na defesa dos direitos destes colegas, continue a promover iniciativas, não só as habituais e que têm uma avaliação positiva (almoço dos Reis, passeios, viagens) mas também iniciativas que respondam aos anseios e expectativas de muitos sócios aposentados que pretendem continuar a sua formação, pelo que o SPN deve potenciar o protocolo que estabeleceu com a Universidade Popular do Porto, para além de estudar a possibilidade de frequência de outros cursos oferecidos por outras instituições.

II - INFORMAÇÃO, INFORMATIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO

Na já referida Conferência de Organização realizada na Póvoa de Varzim, foi apresentada uma informação detalhada da rede informática já instalada no SPN e dado conhecimento do seu plano de desenvolvimento a curto e médio prazos e do seu plano de trabalho.

Na mesma conferência foi apresentado o plano de desenvolvimento da informação e da sua articulação com as novas tecnologias da informação. Foi também relevada a importância de coordenar a informação do sindicato com a FENPROF. As questões da informatização e da informação foram então amplamente debatidas e aprovadas pelos delegados à Conferência e, os documentos então aprovados não podem deixar de ser um guião para a acção.

O plano aprovado pela Conferência de Organização tem vindo a ser implementado de acordo com o que foi decidido. A Lista “SEMPRE — ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública” assume o propósito de dar cumprimento e continuidade ao que foi aprovado pelos delegados à conferência.

Tal como er

cuidado de realizar avaliações periódicas dos processos e métodos de trabalho devendo ser apresentados aos corpos gerentes os resultados das avaliações e as medidas que a avaliação do trabalho e a situação concreta de funcionamento do SPN venham a impor. O rápido desenvolvimento das novas tecnologias da informação impõe uma atenção permanente ao que se faz e aos novos modos de o fazer. É essa atenção que tem de ser continuada, tirando partido não só dos meios técnicos disponíveis mas também do saber acumulado pelos funcionários e dirigentes envolvidos nestas actividades.

Deve sobrelevar-se que o SPN possui um sistema informático próprio e recursos que lhe têm permitido implantar e desenvolver a informatização em todos os seus campos de trabalho e de organização, incluindo, naturalmente, a contabilidade, gabinete jurídico, comunicação inter-áreas e o sistema de comunicação e informação online, deve exponenciar a utilização das novas tecnologias aplicadas à comunicação com os sócios, com outros parceiros da actividade sindical e no campo da sua organização interna. A experiência mostra-nos que é possível melhorar permanentemente a informação a prestar aos sócios e aos nossos parceiros de trabalho sindical, melhorar progressivamente os serviços do sindicato, ao mesmo tempo que, usando as novas tecnologias, se podem embaratecer os custos de funcionamento de toda a estrutura sindical. É esse o caminho que importa continuar a percorrer de forma decidida, informada, e segura.

O SPN é actualmente o sindicato de professores que disponibiliza maior quantidade de informação aos seus associados. Informação não só relacionada com os direitos e deveres profissionais dos educadores e professores, mas também informação assumidamente vocacionada para promover a auto-formação pessoal e profissional dos associados.

Para além da revista da FENPROF, os nossos associados recebem a revista do sindicato «spn/informação», mais vocacionada para a informação de cariz profissional e o jornal «A Página da Educação» (agora transformada em revista), mais vocacionado para a área da formação pessoal e profissional dos associados do nosso sindicato. É propósito da nossa Lista não só continuar como reforçar estas duas componentes informativas, de natureza sindical e outra formativa — que de resto são estatutárias.

Ainda no campo da informação é nosso propósito continuar a desenvolver e a fortalecer a informação disponibilizada via online. Quer através da abertura de novos campos e espaços de informação no site do sindicato, quer trabalhando para que a informação a receber pelos associados seja cada vez mais acessível através da Internet. É nesse sentido que estão já disponíveis emails sediados no site do sindicato — de endereço nome@spn.pt — como estão em construção

as listagens de emails que já permitem aos sócios com endereço de e-mail declarado no SPN receber informação por esta via.

A esta informação dirigida aos sócios é necessário juntar o trabalho de informação voltado para a opinião pública, mas, neste caso, tem sido prática do nosso sindicato, nas questões com relevo nacional, dar protagonismo à FENPROF porque é nosso convencimento que quando é necessário falar para todos, cabe à nossa Federação Nacional falar por todos, SEMPRE.

DA CONJUNTURA E DO FUTURO

8 de Março: Dia Nacional dos Educadores e Professores Portugueses

O processo eleitoral no nosso sindicato decorre desta vez num clima de grande trabalho sindical. Um trabalho que, se, por um lado, resulta de os educadores e professores portugueses, e os seus sindicatos, estarem a ser vítimas de uma enorme violência política por parte do Governo do PS, por outro lado, resulta, também, do clima criado graças às maiores intervenções públicas de protesto nunca antes realizadas por nenhum grupo profissional em Portugal.

O gigantismo da Manifestação de 8 de Março de 2008 que colocou, pela primeira vez, a desfilar em Lisboa mais de 100.000 educadores e professores é, seja qual for a continuação deste processo de luta, um momento que só pode ser considerado histórico. Este acontecimento não tinha paralelo em Portugal, nem na profissão docente, nem em qualquer outro grupo profissional. Tratou-se de um movimento que, ultrapassando todas as possíveis clivagens, se transformou num movimento de TODA A CLASSE DOCENTE.

Por estas razões a lista «SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública» continua a bater-se para que o dia 8 de Março passe a ser considerado como o Dia Nacional dos Educadores e Professores Portugueses.

Estamos certos de que 8 de Março será o símbolo da unidade, dignidade e solidariedade docente.

Para SEMPRE.

Porto, Junho de 2009



AMARANTE**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 10h-15h**

EB2/3/Sec. Baião

EB2/3 D. Mel Faria Sousa, Felgueiras

EB2/3 Marco de Canaveses

BRAGA**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h**

Conservatório C. Gulbenkian

EB2/3 André Soares

EB2/3 Cabreiros

EB2/3 Francisco Sanches

EB2/3 Lamações

EB2/3 Palmeira

EB2/3 Real

Esc. Sec. Alberto Sampaio

Esc. Sec. Carlos Amarante

EB2/3 Amares

Esc. Sec. Amares

EB2/3 Gonçalo Sampaio, Póv. Lanhoso

EB2/3/Sec. Vieira Araújo, V. Minho

EBI Mons. Elísio Araújo, Vila Verde

EB2/3 Prado, Vila Verde

EB2/3 Vila Verde

Esc. Sec. Vila Verde

BRAGANÇA**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 10h-16h**

EB2/3 Augusto Moreno

EB2/3 Paulo Quintela

Esc. Sec. Abade de Baçal

Esc. Sec. Emídio Garcia

Esc. Sec. Miguel Torga

EB2/3 Izeda

EB2/3 Macedo de Cavaleiros

EB2/3 Sendim

EB2/3/Sec. Miranda do Douro

EB2/3/Sec. Mogadouro

EB2/3 Vimioso

EB2/3/Sec. Vinhais

Esc. Sup. Educação, 10h-14h

CHAVES**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h**

EB2/3 Nadir Afonso

Esc. Sec. Bento Cruz, Montalegre

EB2/3 Júlio Carvalhal, Valpaços

GUIMARÃES**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h30**

EB2/3 D. Afonso Henriques

EB2/3 Egas Moniz

EB2/3 João de Meira

EB2/3 S. Torcato

EB2/3 Virgínia Moura

EB2/3/Sec. Ínfias

EB2/3/Sec. Santos Simões

EB2/3 Gil Vicente, Urgeses

Esc. Sec. Fafe

Esc. Sec. Vizela

Esc. Sec. Francisco Holanda, 11h-14h30

EB2/3 Caldas Vizela, 10h-13h

EB2/3/Sec. Celorico Basto, 10h-13h30

MIRANDELA**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 10h30-16h**

EB2/3 Luciano Cordeiro

Esc. Sec. Mirandela

EB2/3/Sec. Alfândega da Fé

EB2/3/Sec. Carrazeda Ansiães

EB2/3 Torre Moncorvo

EB2/3/Sec. Vila Flor

MONÇÃO**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 9h30-12h30**

EB 2/3 Monção

EB2/3/Sec. Arcos Valdevez

EB2/3/Sec. Paredes Coura

EBI/Sec. Diogo Bernardes, P. Barca

EB2/3/Sec. Valença

PENAFIEL**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 10h-15h**

Esc. Sec. Castelo Paiva

EB2/3 Lousada

EB2/3 Paços Ferreira

EB2/3 Paredes

PORTO**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h**

EB2/3 Ramalho Ortigão

EB2/3/Sec. Clara Resende

Esc. Sec. Alex. Herculano

EB2/3 Rio Tinto nº 2

EB2/3 Pedrouços

Esc. Sec. Maia

EB2/3 Leça Palmeira

EB2/3 Manuela Sá, S.M.Infesta

Esc. Sec. J. Gonç. Zarco

EB2/3 D. Ant. Ferr. Gomes, Ermesinde

Esc. Sec. Valongo

EB2/3 Avintes

EB2/3 Sofia M. Breyner, V.N.Gaia

EB2/3/Sec. Canelas

Sec. António Sérgio, V.N.Gaia

EB2/3 Irene Lisboa, 12h-16h

EB2/3 Gondomar, 12h-16h

Esc. Sec. Águas Santas, 10h-16h

PÓVOA DE VARZIM**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h**

EB2/3 A-Ver-o-Mar

EB2/3 Cego do Maio

Esc. Sec. Rocha Peixoto

EBI Apúlia

EB2/3 J. Saúl Dias, V. Conde

EB2/3 Frei João, V. Conde

Esc. Sec. José Régio, V. Conde

EB2/3 Flávio Gonçalves, 10h-17h

EB2/3 "A Ribeirinha", 12h30-14h30

Esc. Sec. Alcaldes Faria, Barcelos, 10h-17h

Esc. Sec. Henrique Medina, Esposende, 10h-12h

S. JOÃO DA MADEIRA**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h30-14h**

EB2/3 Arouca

EB2/3 Bento Carqueja, O. Azeméis

SANTA MARIA DA FEIRA**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 10h30-14h**

EB2/3 Fernando Pessoa

Esc. Sec. Sta Maria da Feira

EB2/3 Arrifana

EB2/3 Lourosa

EB2/3/Sec. Fiães

EB2/3 Paços de Brandão

EB2/3 Florbela Espanca, Esmoriz

Esc. Sec. Esmoriz

EB2/3 Domingos Capela, Espinho

EB2/3 Sá Couto, Espinho

Esc. Sec. Gomes Almeida, Espinho

EB2/3 Ant. Dias Simões, Ovar

EB2/3 Maceda e Arada

VIANA DO CASTELO**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-16h**

EB2/3/Sec. Barrocelas

EB2/3/Sec. Lanheses

EB2/3/Sec. Monte da Ola

EB2/3/Sec. Pintor José de Brito

Esc. Sec. Monserrate

Ancorensis, V.P.Âncora

EB2/3/Sec. Caminha

EB2/3 Freixo

Esc. Sec. Ponte de Lima

VILA NOVA DE FAMALICÃO**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 11h-15h**

EB2/3 Júlio Brandão - V. N. Famalicão

EBI Arnoso

EB2/3 Bernardino Machado, Joane

Esc. Sec. Pe Benjamim Salgado, Joane

EB2/3 S. Rosendo, S. Tirso

Esc. Sec. Tomaz Pelayo, S. Tirso

Esc. Sec. D. Dinis, S. Tirso

EB2/3 Prof. Napoleão S. Marques, Trofa

EB2/3 S. Romão do Coronado

EBI S. Martinho do Campo

VILA REAL**Sede da Delegação SPN, 9h-19h****Escolas, 9h30-17h**

EB2/3 Diogo Cão

EB2/3 Mons. Jerónimo Amaral

EB2/3 D. Sancho II, Alijó

EB2/3 Peso da Régua

EB2/3 V. Pouca Aguiar

EB2/3/Sec. Mondim Basto

EB2/3/Sec. Murça